

# ESCRavidÃO E A EFLORESCÊNCIA ECONÔMICA DE ATENAS: A ESCRavidÃO DE MOINHO COMO UM ESTUDO DE CASO

*Jason Douglas Porter<sup>1</sup>*

Tradução de *Gabriel Cabral Bernardo\**

RESUMO: Seguindo uma recente onda de argumentação bibliográfica a favor de um crescimento significativo na economia grega antiga, diversos livros pioneiros buscaram explicar esse fenômeno pelas lentes da Nova Economia Institucional (NEI). O inegável prevaecimento da escravidão por toda a história grega antiga, entretanto, não foi integrado substancialmente nessas novas análises. Esse artigo pretende tratar desse problema, elucidando alguns dos modos pelos quais a escravidão contribuiu para a eflorescência econômica do final do Período Arcaico e do Período Clássico da Grécia (600-300 a.C.) dentro de uma abordagem focalizada institucionalmente. Examinando especificamente o Estado de Atenas, esse estudo argumenta não apenas que o sistema da escravidão importou uma vasta quantidade de trabalho de outras regiões do Mediterrâneo para dentro da política ateniense, mas também que ela direcionou o trabalho para objetivos economicamente produtivos que foram, por outro lado, limitados pela estrutura social ateniense. O uso de escravos em operações de moagem nos provê de um exemplo-chave e frequentemente ignorado, que será aqui usado como um estudo de caso.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Instituições; Crescimento Econômico; Moagem; Exploração.

Nos últimos 15 anos, as discussões acadêmicas sobre a economia grega antiga mudaram radicalmente. Em décadas anteriores, os historiadores aceitaram amplamente um modelo da economia antiga que enfatizava a subordinação das forças econômicas às políticas e sociais por toda a história clássica, resultando em um pequeno índice de crescimento econômico.<sup>2</sup> Nos últimos 20 anos, entretanto, acadêmicos argumentaram o contrário: que a economia ateniense foi guiada por um comportamento econômico racional (e. g. Loomis, 1998, p. 253-254; Christesen, 2003), e muitos estudos argumentaram

---

<sup>1</sup> Doutorando do Departamento de Estudos Clássicos e Arqueologia da Universidade de Nottingham. Eu gostaria de agradecer a David Lewis por sua ajuda ao escrever esse artigo, esse que se beneficiou não apenas diretamente de suas ideias, mas também do meu acesso a muitos trabalhos seus ainda não publicados. David, obviamente, não deve ser tido como responsável por qualquer erro no que segue. E-mail: Jason.Porter@nottingham.ac.uk.

\* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: gacabe@hotmail.com.

<sup>2</sup> Esse modelo foi defendido por Moses Finley (1973). Cf. Austin e Vidal Naquet, 1977; Meikle, 1996; Millet, 2001.

recentemente que as economias da Grécia arcaica e clássica de fato testemunharam um crescimento considerável.<sup>3</sup> Várias novas sínteses da economia antiga seguiram essa mudança de foco, incluindo dois volumes editados sobre o Mundo Antigo em geral (Scheidel *et al.*, 2007; Droß-Krüpe *et al.*, 2016) e o *The Making of the Greek Economy* de Alain Bresson (2016). Esses estudos se apoiam fortemente na perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI) para explicar a base desse crescimento econômico nas instituições particulares das cidades da Grécia clássica (Ruffing, 2016). Outra contribuição notável, o *The Rise and Fall of Ancient Greece* de Josiah Ober (2016), também incorpora a análise da NEI no argumento mais geral de que, durante o Período Clássico, a economia e a sociedade grega experimentaram um período de “eflorescência” (p. 5-6, *passim*).

Entretanto, ao passo que o predomínio da escravidão na Grécia antiga era central para a visão precedente sobre economia antiga (e.g. Finley, 1973, p. capítulo 2), a escola da NEI a incorporou insuficientemente em suas análises. Isso foi notado em resenhas de Ober (Vlassopoulos, 2016a) e Bresson (Lewis, 2017). De fato, ambos os autores mencionam a escravidão inúmeras vezes nesses trabalhos, mas seus efeitos não possuem nenhuma discussão mais extensa em suas narrativas, igualmente aos volumes editados com foco na NEI. Como Lewis (2017, p. 241) escreve:

o tom otimista dos trabalhos [econômicos] recentes [...] ainda não reconhece totalmente a contribuição dessa instituição parasitária, o trabalho escravo importado, que com certeza está entre um dos fatores institucionais mais importantes que guiou a eflorescência das cidades-Estado [gregas].

O que segue são alguns apontamentos que creio serem relevantes para corrigir esse problema. Restringi meu alcance a Atenas, devido a considerações de espaço e também à quantidade comparativamente grande de evidências de Atenas, o que nos coloca em uma boa posição para estudar detalhadamente a relação de um sistema escravista de uma cidade grega com sua economia.

---

<sup>3</sup> Uma síntese abrangente pode ser encontrada em Bresson, 2016, p. 203-208, *passim*.

Esclarecerei em uma seção preliminar o que entendo por “a instituição da escravidão” e qual seu lugar dentro de uma abordagem da economia de Atenas focada na NEI. Depois disso, discutirei primeiramente a base da economia ateniense em casas individuais e o papel consequente da escravidão em prover uma força de trabalho permanente dentro dessa estrutura, ainda além da família mais imediata. Minha seção final discutirá os escravos em empreendimentos industriais de moagem. Isso parcialmente porque a moagem é um bom exemplo de trabalho no qual a exploração de escravos pode ser feita particularmente produtiva, e parcialmente porque sua significância nesse sentido recebeu, até agora, pouca atenção.

### 1. A Instituição da Escravidão em Atenas

Para definir o que queremos dizer por uma “instituição”, devemos nos voltar a Bresson (2016, p. 19-20), quem, se baseando no trabalho de Douglass North, define “instituições” da seguinte maneira:

Instituições incluem todas as formas de restrição usada por humanos para regular suas relações mútuas. Instituições são, na verdade, tanto formais quanto informais: regras legais, convenções simples, códigos de conduta – todas essas podem ser caracterizadas como “instituições”. Instituições podem ser criadas, como a Constituição dos Estados Unidos da América, ou podem evoluir conforme o tempo, como a *Common Law* britânica. Restrições institucionais incluem tanto o proibido como o permitido. Elas são comparáveis às regras de um jogo.

Em Atenas, o poder ilimitado sobre uma pessoa poderia ser adquirido teoricamente por meio de métodos de transação de propriedades, como Lewis (2018, p. 39-48) destacou recentemente.<sup>4</sup> Pessoas sujeitas a essa condição eram legalmente definidas por um único *status*: *doulos*. Isso não quer dizer, ao menos até onde conhecemos do que sobreviveu da lei ateniense clássica, que os *douloi* eram assim definidos explicitamente pelo código legal ateniense. Ao invés disso, a lei ateniense sancionava, protegia e regulava por meios específicos o direito de pessoas tratarem outras pessoas como propriedade. Diferenças entre escravos e

---

<sup>4</sup> Cf. Todd, 1993, p. 184-185; Harrison, 1968, p. 164-177.

libertos de acordo com as leis penais, judiciárias e contratuais reforçavam o *status* de segunda-classe dos escravos.<sup>5</sup>

As leis que cercavam a escravidão na Atenas clássica são um reflexo do fato de que a posse de escravos era uma convenção social proeminente. Não há espaço aqui para discutir a extensão da posse de escravos na Atenas clássica, o que foi objeto de intenso debate nos últimos 50 anos.<sup>6</sup> Entretanto, poucos argumentariam contra a ideia de que ao menos entre os ricos de Atenas, a posse de escravos era quase universal. Todos os atenienses ricos possuíam escravos, ao menos parcialmente porque seus contemporâneos tinham, assim como seus ancestrais. Apesar de não podermos quantificar numericamente, é claro que isso resultou em uma quantia considerável de trabalho sendo importado para dentro de Atenas por todo o Período Clássico e também no começo do século VI.<sup>7</sup> Podemos também supor com alguma segurança que convenções sociais teriam tido algum papel em ditar o trabalho nos quais os escravos eram empregados e como eles eram tratados além do que era especificado na lei. Em outras palavras, um conjunto de ideias preconcebidas sobre escravos e sobre a posse de escravos, compartilhada entre os residentes de Atenas, influenciava fortemente a realidade da escravidão ateniense.

As convenções sociais da posse de escravos, reforçadas pelas leis atenienses que as cercavam, compreendem os elementos institucionalizados da escravidão em Atenas.

As instituições de uma dada sociedade podem ser classificadas em quatro setores principais: o político (o Estado ou outras formas de autoridade coletiva), o simbólico (religião e outras visões de mundo), a reprodução de pessoas (parentesco e demografia) e a produção de bens materiais (economia) (Bresson, 2016, p. 26).

Como Bresson (2016, p. 28) ainda argumenta, a divisão entre essas categorias é frequentemente arbitrária e elas são todas intimamente interligadas.

---

<sup>5</sup> Sobre o tratamento severo dos escravos na lei ateniense ver Hunter, 2000, p. 70-94, 154-184; 1992; Todd, 2000; Mihardy, 2000; Thür, 1977. Sobre a falta de agência legal de escravos ver Dem. 53.20; Lewis, 2018, p. 46-47; Todd, 1993, p. 187.

<sup>6</sup> O debate é bem resumido por Fisher, 1993, p. 37-47; Tordoff, 2013, p. 16-23; Lewis, 2018, p. 180-183.

<sup>7</sup> Sobre o comércio de escravos ateniense, ver o mais recente Lewis, 2011.

Isso é bem demonstrado pela instituição da escravidão. Como um sistema que regula a commodificação de pessoas, ela é econômica. Mas porque os escravos são seres humanos, a escravidão é igualmente uma instituição política (por excluir escravos de processos de tomada de decisões políticas e da cobertura dos direitos civis atenienses) e preocupada com a reprodução de pessoas (pela assimilação dos escravos no *oikos* de seu mestre e pela negação a eles de direitos formais a aspectos normais do parentesco).<sup>8</sup> A existência de escravidão também teve um impacto profundo nas instituições simbólicas da pólis. Conceitos de escravidão e liberdade desenvolvidos em relação à escravidão da vida real adquiriram um significado mais amplo que permeou o pensamento grego, como, por exemplo, nas relações entre Estados (Vlassopoulos, 2011, p. 117-118) e, por outro lado, na ideia de liberdade e cidadania, a qual discutiremos adiante.

A escravidão é proeminente naquilo que resta da produção cultural ateniense, um fato que reflete a importância dessa instituição em particular para a sociedade mais ampla. Isso foi articulado com mais reconhecimento por Moses Finley (1959; 1980, capítulo 2), para quem Atenas se qualificava como uma das poucas “sociedades escravistas” da história. Acadêmicos mostraram recentemente que Atenas não era assim tão única nesse sentido, como Finley pensava, e questionaram a própria utilidade do termo “sociedade escravista” (e.g. Lenski, 2018). Ainda assim, a centralidade da escravidão para a sociedade ateniense não está em questão (e.g. Hunt, 2018, p. 66-77). Mesmo que dados demográficos precisos para os escravos atenienses não existam, como mencionei acima, muitos historiadores acreditam que eles compuseram aproximadamente um terço da população ateniense (*ibid.*; Ober, 2016, p. 92).<sup>9</sup>

Que a escravidão foi importante para a economia grega também não está em questão. Ober (2016, p. 8-9), por exemplo, considera a exploração um fator importante no crescimento econômico grego, apesar de não ser um fator único o suficiente para ser explicativo. Bresson (2016, p. 221) escreve que os

sucessos [da Grécia] não nos deveriam fazer esquecer a cruel exploração dos escravos, que foi um dos pilares do sistema [...].

---

<sup>8</sup> Também conectado com o político estão as regras sobre quem não pode ser escravo. A legislação soloniana do século VI proibia a escravização de cidadãos atenienses pela dívida (Harris, 2002a) e a escravização de uma pessoa livre era punível com a morte (Hansen, 1976, p. 47).

<sup>9</sup> Bresson (2016, p. 459-460 n. 144) destaca a incerteza e a flutuação acima de tudo.

Iniciativa, inventividade, a busca pela solução institucional mais rentável e ao mesmo tempo a exploração sem limites de escravos: essas eram as forças motrizes na economia da cidade-Estado grega.

Bresson (2016, p. 123, 126-127) enfatiza corretamente a importação em larga escala de escravos para Quios durante os períodos Arcaico e Clássico, algo crucial para o desenvolvimento de sua economia baseada no comércio de vinho internacional.

Entretanto, como aponte em minha introdução, falta nos trabalhos de Bresson e de outros uma análise estruturada da importância da escravidão. As muitas observações perspicazes de Bresson sobre o papel que a escravidão possuía na economia grega são geralmente subdesenvolvidas e limitadas a um raciocínio secundário – uma qualificação sobre o papel que a ecologia, a competição e os mercados protegidos e regulados por lei mantinham no desenvolvimento econômico da Grécia. Uma vez que o crescimento econômico guiado por objetivos econômicos racionais foi devolvido à nossa análise da economia grega, o papel da escravidão em facilitar esse crescimento merece mais ênfase do que aquela que tem sido concedida recentemente.

Na esfera da agricultura, Michael Jameson (1977-8) argumentou há muito tempo que a posse de escravos permitia um uso intensivo da terra ateniense, que explorava completamente terras limitadas para a obtenção de colheitas de alto rendimento. Sua posição encontrou mais apoio na prospecção arqueológica publicada por Lohman (1992; Jameson, 1992), bem como, eu argumentaria, nos achados mais recentes de Moreno (2007).<sup>10</sup> As conclusões de Jameson também se conectam melhor com a recente revisão da economia grega.<sup>11</sup> Decidi, nesse artigo, não focar em uma discussão muito extensa sobre agricultura, sendo ela bem estudada como já é. Dito isso, muitas das conclusões que proponho nos próximos parágrafos deveriam ser vistas como referentes tanto à agricultura quanto como a outras atividades econômicas.

---

<sup>10</sup> Moreno identificou uma área de cerca de 30 quilômetros de terras limpas e terraceadas no antigo *demo* de Evônimo e nas de Halimous e Aixone que o cercam. Boa parte das construções podem se datadas do Período Clássico, levando em conta a evidência de cerâmicas recuperadas e inscrições (Moreno, 2007, p. 51-55). Hunt (2018, p. 71-72) e Foxhall (2007, p. 121-124) também escreveram sobre a importância da escravidão para a agricultura grega.

<sup>11</sup> A agricultura intensiva se presta melhor ao plantio orientado para o mercado, o que os acadêmicos agora veem como um elemento significativo da economia de Atenas (Lewis, 2018, p. 186-193; Harris e Lewis 2016, p. 12-13).

## 2. *Escravidão, a Casa Ateniense e as Forças de Trabalho Permanentes*

A escola da NEI frequentemente aponta as proteções igualitárias fornecidas para aqueles do *status* de homem adulto cidadão nas leis gregas – observáveis sobretudo na democracia ateniense – como um elemento-chave por trás da eflorescência da cultura e do crescimento econômico grego. Isso é também atribuído a uma ideologia que destacava a igualdade entre os cidadãos atenienses, sendo melhor articulada por Ober (2016, p. 110-117, *passim*). Os editores do *Cambridge Economic History of the Ancient World* fizeram uma observação semelhante em sua introdução (2007, p. 10-11): “Por outro lado”, eles adicionam, “a ideologia da cidadania igualitária masculina guiou muitas formas de atividade econômica para as margens da sociedade respeitável”. De fato, a mesma ideologia que moldou um corpo cívico cuja propriedade e investimentos eram igualitariamente protegidos pela lei, por suas limitações na extensão dessa igualdade também moldou um sistema de trabalho fortemente influenciado por fronteiras legais de *status*.

Especificamente no contexto da Atenas clássica, Osborne (1995) argumentou que a crença de que os cidadãos atenienses não precisavam que trabalhar sob certas condições consideradas humilhantes era essencial aos princípios democráticos de Atenas, e que os escravos preenchiam as lacunas resultantes disso nas demandas de trabalho atenienses. Podemos separar as conclusões de Osborne em duas vertentes que ele discute em vários pontos por todo seu capítulo. 1) Certas tarefas eram reservadas primeiramente para escravos. 2) Os cidadãos atenienses raramente trabalhavam a longo prazo empregados por outro cidadão, enquanto que escravos o faziam regularmente. Nenhum desses pontos está sendo posto em questão, até onde sei, e eu gostaria de desenvolver algumas de suas ramificações sobre a economia ateniense com algum detalhe a mais, começando com o segundo ponto.

Apesar de haver motivos para pensar que o trabalho assalariado era uma parte importante da economia ateniense (Vlassopoulos, 2016b, p. 673-675), as fontes atenienses parecem ter distinguido o trabalho temporário ou assalariado do “trabalho que requeria serviços regulares e repetitivos para um único empregador em uma base contínua durante um período contínuo – o que chamaríamos de ‘emprego’” (Cohen, 2006, p. 100 com referências). Esse último

tipo de trabalho, que pressupunha dependência sobre outra pessoa, era ridicularizado por limitar a liberdade de uma pessoa e foi, portanto, igualado à escravidão em termos abstratos (Osborne, 1995, p. 36-37; cf. Scheidel, 2002, p. 182; Ste. Croix, 1981, p. 40). Aristóteles (*Pol.* 3.1278a11-13) o definiu como o âmbito de um escravo. No diálogo socrático *Memoráveis* (2.8.3-5), de Xenofonte, Sócrates sugere que um cidadão chamado Eutero se empregue como administrador (*epistates*) da propriedade de outra pessoa para melhorar seus recentes problemas financeiros. Significativamente, Eutero responde que ele não poderia fazê-lo, pois “seria difícil para mim para me fazer semelhante a um escravo”. Obviamente, não devemos assumir que as atitudes expressas nessas fontes sejam suficientemente fortes para impedir cidadãos de obterem sustento dessa forma (Scheidel, 1990). De fato, o próprio fato de Xenofonte mencionar esse trabalho nos diz que ele era uma opção para os cidadãos e para outros trabalhadores livres, e sugere que essa era posição ocupada ao menos por alguns.<sup>12</sup> Um discurso forense escrito por Demóstenes (57.35) descreve uma cidadã trabalhando como ama de leite. No final do século IV, o filósofo Cleante supostamente trabalhou como assalariado levando água para um jardim e moendo grãos para um vendedor de farinha (Diog. Laert. 7.168-169). Entretanto, em ambos os casos, o trabalho é retratado como um sinal de pobreza; no primeiro, vemos que ele pôs em questão o *status* legal da mulher que o realizou (Dem. 57.45).<sup>13</sup>

A impressão geral que temos de nossas fontes é que quase qualquer um que pudesse seria autônomo (Lewis, no prelo 1). Isso está ligado ao fato de que “as estruturas institucionais da sociedade grega eram estranhas à ideia da corporação, sendo firmemente enraizadas em instituições alternativas, as relações sociais da casa” (Foxhall, 2007, p. 39; cf. Davies, 2007, p. 128-129). A proeminência no mundo moderno do trabalho dirigido de cima para baixo tendo em vista um objetivo unificado, facilitado em larga escala pela predominância de empresas, foi conseqüentemente muito menos predominante em Atenas. Entretanto, ele existia dentro dos limites das casas individuais, sobretudo através

---

<sup>12</sup> Já se argumentou razoavelmente que essa passagem é uma indicação direta de um aumento em administradores contratados permanentemente, causado pelas dificuldades financeiras dos cidadãos que seguiram o final da Guerra do Peloponeso (Audring, 1973, p. 114-115).

<sup>13</sup> Além disso, Cleante era um meteco imigrante, não um cidadão, e ele trabalhava a “meio período” para se dedicar à filosofia durante o dia. A amamentação, inclusive, é um trabalho que requer uma afiliação longa, mas ainda assim temporária com um empregador.

da posse de escravos. Talvez o indicador mais forte dessa realidade é a ausência, em nossas fontes, de pessoas nascidas livres trabalhando em posições administrativas em casas da elite. Ao invés disso, encontramos numerosos escravos e libertos ocupando esses papéis, ao ponto de que o emprego de escravos administradores parece ter sido costumeiro entre as casas atenienses mais ricas.<sup>14</sup>

Em um capítulo sobre instituições econômicas antigas, Frier e Kehoe (2007, p. 126-127) notam o papel que empresas desempenham em uma economia ao restringir transações e, assim, seu custo. Além disso, como Harper (2010, p. 213) nota em relação à escravidão romana, os custos de transação envolvidos na aquisição de escravos para um posto são geralmente muito menores que aqueles envolvidos na aquisição de uma pessoa livre. Davies (2007, p. 354) também observa que a escravidão

[...] tinha a vantagem sobrepujante de prover um meio, através do comércio de escravos, de mover homens e mulheres eficientemente (porque o eram forçosamente) por longas distâncias e, se necessário, através de fronteiras étnicas e culturais para onde eles poderiam ser lucrativamente usados.

Em outras palavras, a escravidão rentável recentralizou o trabalho tendo em vista finalidades produtivas, e isso se aplica não apenas através de fronteiras estatais, mas também através de casas em uma única cidade, mesmo dentro de uma única casa. Sem dúvida é verdade que a proteção de cidadãos atenienses nutriu um clima econômico competitivo que levou ao crescimento. Entretanto, essa estrutura competitiva também funcionava pela direção forçosa de uma parte maior da população de Atenas, que também seguramente deve ter desempenhado seu papel no aumento da produção.

A ausência de empresas antigas e o domínio da casa como uma unidade econômica, como Frier e Kehoe (2007, p. 127-137) continuam observando, são refletidos na ausência, nas leis grega e romana, de leis que facilitassem a designação de agência de uma parte a terceiros externos à casa. No lugar disso, dependentes (em Atenas, escravos e libertos) realizavam o papel vital de agentes

---

<sup>14</sup> Alguns exemplos: escravos (Aeschin. 1.97; Dem. 36.13; Xen. *Mem.* 2.5.3) e libertos (Dem. 27.19; 36.4; Isae. 6.19-21). Escravos parecem ser a fonte primária de administração agrícola no *Econômico* (e.g. 12.2-3) de Xenofonte e no *Econômico* de Pseudo Aristóteles (e.g. 1.1344a25-6).

(Harris, 2013a, p. 112, *passim*). Frier e Kehoe focam na indústria bancária, que se apoiava tanto em escravos quanto em liberto, até onde sabemos de acordo com as evidências (cf. Cohen, 1992, 73-101). Esse é um ponto importante. Harris (2013b; 2015, p. 130-133) corretamente chamou a atenção para a importância, na economia ateniense, do capital de investimento disponível rapidamente, tanto como um indicador de mercados quanto como um ímpeto de crescimento. O papel vital que os escravos desempenhavam em facilitar empréstimos de capital, entretanto, também é claro. A indústria bancária de Atenas é o exemplo mais proeminente, mas mesmo fora do mundo bancário encontramos escravos profundamente envolvidos no processo de administração de empréstimos, onde seus mestres inevitavelmente ricos (i.e. aquele que tinham o dinheiro para investir) eram incapazes. Assim, era um escravo que, enquanto seu mestre estava fora de Atenas, coletava o aluguel de uma oficina endividada e a tomava quando o aluguel não era pago (Dem. 37.25).<sup>15</sup> Em outro caso, um escravo estabelecido no Bósforo foi incumbido de examinar a carga de um navio, para cuja viagem seu mestre ateniense havia feito um empréstimo (Dem. 34.8).

A economia estruturada pelas casas de Atenas também afetou os setores artesanais da cidade. Particularmente notáveis são as consideráveis oficinas manufatureiras das quais sabemos, que eram compostas (tanto os trabalhadores quanto a administração) inteiramente por escravos. Confessadamente, nossos exemplos detalhados bem limitados.<sup>16</sup> Entretanto, vários dos líderes políticos de Atenas na segunda metade do século V fizeram suas fortunas por meio da manufatura, e é comumente pensado que eles o fizeram por meio do emprego de escravos (Acton, 2014, p. 16; Davies, 1971, p. 404; Lind, 1990 88-93).<sup>17</sup> Essas oficinas compõem quase todas as nossas evidências para a produção em massa na história da Atenas clássica. Apesar de ser difícil de quantificar a produção total dessas operações em um dado momento, elas provavelmente compuseram boa grande dos bens não-agrícolas vendidos nos mercados de Atenas.

---

<sup>15</sup> Que esse escravo coletava o aluguel é plausivelmente inferido por MacDowell (2004, p. 175).

<sup>16</sup> Demóstenes (27.9) herda 32 ou 33 escravos fabricantes de lâminas e 20 escravos fabricantes de mobília, Timarco 9 ou 10 sapateiros (Aeschin. 1.97). No século V, a família de Lísias possuía cerca de 120 escravos (Lys. 12.19), muitos dos quais estavam provavelmente envolvidos em seu negócio de fabricação de escudos (12.8). Apolodoro também possuía um negócio de fabricação de escudos considerável no século IV (Dem. 36.11). As *Memórias* (2.7.6) de Xenofonte também descrevem indivíduos ricos que ganhavam dinheiro por meio de escravos manufatureiros.

<sup>17</sup> Kron (1996, p. 131-174) discutiu com profundidade evidências de que a elite de Atenas normalmente possuía tais operações.

É importante que essas operações facilitavam (ou melhor, forçavam) uma grande medida de cooperação entre artesãos; trabalhadores teriam compartilhado ferramentas e instalações (espaço de trabalho, bancas de venda e recursos naturais ou fixos) conforme fosse preciso. Tais operações requereriam uma organização considerável, mas mesmo um único artesão operando sozinho teria necessidade de organizar seu suprimento de materiais e ferramentas, além de interagir com um comprador ou compradores de seus produtos. Um único chefe de oficina, como aquele da oficina de fabricação de lâminas de Demóstenes (27.19), podia lidar com o lado organizacional do empreendimento, enquanto artesãos permaneciam focados em seus trabalhos. Como Xenofonte (*Oec.* 20.16) diz:

[...] isso faz uma grande diferença na lucratividade da agricultura, mesmo quando muitos trabalhadores estão empregados, se um homem se preocupa que os trabalhadores estejam trabalhando durante os horários de serviço, enquanto outro não se ocupa disso (tradução de Pomeroy, 1994).

A agricultura não era única nesse sentido, como se poderia pensar que essa passagem sugere.

Oficinas de escravos também teriam permitido a especialização do trabalho manual. Harris (2002b) notou que enquanto a economia ateniense incluía uma especialização horizontal significativa por toda a cidade, ela não possuía alguma especialização vertical notável dentro de um único empreendimento.<sup>18</sup> Isso deve ser visto como algo parcialmente decorrente da predominância da casa independente na economia de Atenas, apesar de Harris (2002b, p. 80-81) argumentar que o baixo nível de tecnologia, que reduzia os possíveis passos em um dado processo de produção, geralmente também contribuía para isso dando pouco incentivo à organização de um alto nível de especialização vertical. Isso é verdade na comparação entre as economias industriais em geral e muitos dos processos específicos de manufatura de Atenas. Ainda assim, especialização vertical ainda tinha um valor significativo em

---

<sup>18</sup> “Especialização horizontal é criada pela diversidade de bens e serviços produzidos por um dado nível de tecnologia. [...] Especialização vertical se refere ao número de habilidades ou funções necessárias para produzir um único produto ou linha de produtos” (Harris, 2002b, p. 70).

aumentar a produção em certos processos, como Xenofonte notou em uma passagem bem conhecida de sua *Ciropedia* (8.2.5). O tipo de especialização que Xenofonte tem em mente, além do mais, é mais produtiva em um ambiente onde as transações entre diferentes especialistas são minimizadas, como em uma oficina. Bresson (2016, p. 188-189) nota como a especialização provavelmente teve um efeito profundo, por exemplo, na fabricação de armas, baseando-se no grande número de oficinas atenienses compostas por escravos das quais temos notícias. O ponto-chave, entretanto, é que tais oficinas só existiam em Atenas graças à sua instituição da escravidão.

Uma indústria que Bresson e Acton (2014, capítulo 3) destacam como um exemplo que teria ocasionado um alto grau de especialização é a indústria da cerâmica.<sup>19</sup> Dos achados arqueológicos e das pinturas em vasos parece que, começando no século VI e continuando por todo o Período Clássico, muito da cerâmica ateniense foi feita em oficinas compostas por cerca de seis pessoas; talvez mais em alguns casos (Acton, 2014, p. 84-86 com referências). Arafat e Morgan (1989, p. 317, 327-328) sugerem que essas operações eram organizadas ao redor de famílias estendidas, sugestão essa que considero plausível, mas improvável que tenha sido a regra. O ombro de uma hídria de figuras negras<sup>20</sup> impressa no trabalho de Arafat e Morgan (1989, p. 317, fig. 2), datada da penúltima década do século VI, mostra uma oficina cerâmica movimentada, supervisionada por um chefe de oficina que, vestido com um *khiton*, parece ser de um *status* mais alto que os outros trabalhadores, que estão nus. Não há nada na cena que sugira que a oficina seja um negócio de família do tipo que os autores imaginam. Negócios compartilhados por irmãos, sem considerar outros parentes, são virtualmente inexistentes nas evidências do Período Clássico, e casas geralmente parecem ter sido baseadas ao redor de uma família nuclear.<sup>21</sup> É muito mais provável que essas oficinas eram compostas por escravos.<sup>22</sup> De modo mais geral, por conta do desgosto dos atenienses pela dependência a outros, em qualquer lugar que a especialização fosse possível na economia ateniense ela teria

---

<sup>19</sup> O capítulo de Acton é frequentemente bem informado e perspicaz, mas também contém muitas imprecisões factuais que Rostroff (2015) listou em sua resenha.

<sup>20</sup> Munique, Staatliche Antikensammlungen und Glyptothek Inv. 1717.

<sup>21</sup> Acadêmicos apontaram para algumas disputas legais entre parentes de sangue para defender esse ponto (Foxhall, 2007, p. 51-52; Roy, 1999, p. 3).

<sup>22</sup> Os nomes de vários pintores de vasos do século VI, de fato, sugerem fortemente que eles eram escravos (Sparkes, 1996, p. 110-111).

sido facilitada ainda mais pela escravidão, mesmo no caso de um único trabalhador livre com um escravo.

Também não deveríamos esquecer que um *staff* permanente de escravos públicos (*demosioi*) era essencial para o funcionamento do Estado de Atenas. Por toda a sua história clássica, a implementação das leis e políticas atenienses eram supervisionadas por magistraturas temporárias ocupadas por cidadãos – e mesmos seus secretários eram restringidos a limites de mandato ([Arist.] *Ath. Pol.* 54.3-5). O Estado se apoiava em escravos públicos para (entre outras coisas) providenciar a proteção da propriedade, comércio e investimentos que os acadêmicos hoje tomam como uma explicação para o crescimento grego na Antiguidade. Um bom exemplo são os *dokimastai*, escravos públicos incumbidos de julgar a autenticidade de moedas que circulavam em Atenas (Stroud, 1974, p. 165-167).<sup>23</sup> Similarmente, Harris (2016, p. 120-124) argumenta que os registros estatais de comércio de terras mantidos pelos *poletai* de Atenas teriam auxiliado a facilitação da existência de um mercado de terras ativo. A cópia e a manutenção desses registros, assim como outros, também dependia dos *demosioi* (Ismard, 2017, p. 38-40; Sickinger, 1999, p. 144).<sup>24</sup>

Resumindo, a economia ateniense foi construída ao redor da ideia da casa independente. Por essa razão, a escravidão proporcionava um meio, senão limitado, de criação de empregados permanentes, o que permitia a direção eficiente de grandes forças de trabalho tendo em vista a produção em massa, a administração de investimentos de capital e um sistema de burocratas especialistas capazes de facilitar a proteção da atividade econômica pela lei. Espero que seja óbvio que nada disso constitui uma defesa da instituição da escravidão, que eu tomo como indefensável dado seu alto custo humano. Além da restrição do livre arbítrio dos escravos e da desonra de sua posição na sociedade, poderíamos preencher todo um artigo muitas vezes maior do que esse com discussões sobre as injustiças e crueldades da escravidão ateniense. De fato, isso ficará ainda mais aparente conforme prosseguimos para o objeto de estudo da próxima seção.

---

<sup>23</sup> Ismard (2017, p. 40-41; cf. 83-86) encontra mais evidências de que essa função existia (ainda que não como uma função formalizada) ao menos desde o final do século V.

<sup>24</sup> Pseudo-Aristóteles (*Ath. Pol.* 47.5) menciona *demosioi* como responsáveis por arquivos justamente em conexão com os *poletai*.

### 3. Trabalho Escravo e Moagem Comercial

Conforme dito acima (ver p. 57 *supra*), Osborne argumentou que a escravidão protegia os cidadãos de participarem em trabalhos que eram particularmente indesejados. Ele menciona a mineração como um exemplo. De fato, poucos historiadores da Grécia antiga precisarão ser rememorados da importância da mineração de prata para a economia ateniense. Sua escala era enorme – arqueólogos descobriram cerca de 140 quilômetros de túneis de extração na região mineradora da Ática, de acordo com Rihill (2001, p. 116), e a maior parte deles foi feito no Período Clássico por uma força de trabalho que consistia quase que unicamente em escravos.<sup>25</sup> Suspeitamos que a mineração era um trabalho tão perigoso quanto desagradável, e que escravos eram, portanto, a força de trabalho ideal para conduzir tal trabalho.<sup>26</sup> Osborne (1995, p. 37) também argumentou que a racionalidade econômica pode ser observada a partir do fato de que “qualquer um dos trabalhos nos quais escravos eram empregados eram trabalhos que só valiam a pena serem feitos se eles não custassem mais que a manutenção mínima”. Outro exemplo seria a moagem de grãos, um que, apesar de não ter sido discutido por Osborne, cobre tanto sua categoria de trabalho escravo ideal – era indesejável e era provável que faturasse (segundo o valor de mercado) apenas marginalmente mais do que a manutenção de uma pessoa. Sendo assim, discutirei a moagem industrial em Atenas, sua importância para a economia ateniense e o papel crucial que instituição da escravidão ateniense teve em seu desenvolvimento.

Assim como outras sociedades pré-industriais, baseadas nos grãos, a de Atenas se apoiava em uma grande quantidade de mão-de-obra na moagem de grãos para a fabricação de farinha, e temos evidências consideráveis para moinhos comerciais. Dois indivíduos são identificados por sua profissão de moleiros (*mulothros*) em discursos forenses do século IV (Dem. 53.14; Din. 1.23)

---

<sup>25</sup> Em seus *As Rendas* (4.1-32), Xenofonte concebe a exploração estatal dessas minas puramente por meio da compra de escravos, o que ele justifica apontando que muitos cidadãos atenienses já as estavam explorando privadamente.

<sup>26</sup> Xenofonte parece dizer que tal trabalho resultaria em uma alta taxa de mortalidade (*Vect.* 4.14). Em períodos posteriores, a mineração continuou a ser o principal emprego de escravos e condenados (Millar, 1984, p. 137-143). Discutindo os escravos mineradores no Ponto, Estrabão (12.3.40) fala explicitamente sobre as condições terríveis e a alta taxa de mortalidade entre eles.

e uma comédia de Êubulo de meados do século IV foi intitulada “*A Moleira*” (fr. 65 K-A).<sup>27</sup> O Sócrates de Xenofonte (*Mem.* 2.7.6) afirma que um certo Nausicídes se tornou rico ao colocar escravos para fazer farinha de cevada (*alphita*), um produto que dois personagens aristofânicos compram do mercado (*Eccl.* 817-823; *Vesp.* 301). O *corpus* de Aristófanes também fornece referências a vendedores de pão (*Vesp.* 238; *Ran.* 112; cf. [Arist.] *Ath. Pol.* 51.3), que também teriam dependido em uma fonte regular de farinha, provavelmente suprida pelos moinhos de Atenas.

A moagem também acontece dentro do contexto doméstico das casas atenienses. De acordo com o estudo de Halstead (2014, p. 169-170) sobre a agricultura grega pré-industrial, a moagem dentro de casas particulares era evitada quase que universalmente durante esse período, apesar dos preços injustos que se pensava que os donos de moinhos cobravam: era desagradável a ideia de se usar familiares para moer grãos. Entretanto, o predomínio na Atenas clássica de escravos domésticos (sobre quem haveria menos problemas sobre submetê-los a essa tarefa laboriosa) fez com que a moagem doméstica fosse uma solução mais aceitável.<sup>28</sup> Para que uma indústria de moagem seja viável em larga escala, portanto, ela deve ter tido uma vantagem competitiva. O equipamento especializado pode ter providenciado um. Vários moinhos de funil datados do Período Clássico foram descobertos pela Grécia (Frankel, 2003, p. 7) e um do século V em Atenas (Runnels, 1981, p. 296). Eles também seriam mais caros do que pedras de moagem mais rudimentares (ainda que não possamos dizer o quanto) e teriam tomado fixamente um espaço mais considerável. Além disso, há motivos para pensar que a força de trabalho necessária a empreendimentos especializados em moagem poderia ser adquirida e mantida a um custo comparativamente pequeno, como mostrarei em seguida.

Nossas evidências fornecem referências abundantes a escravos em moinhos (*mylones*). No começo do século IV, Eufíleto, o orador do discurso *Contra Eratóstenes* (1.18) de Lísias, ameaçou a atirar seu escravo em um moinho, e quase 100 anos, um escravo temeroso se presume estar preocupado em sofrer o

---

<sup>27</sup> A epigrafia nos dá mais alguns exemplos (*IG* II<sup>2</sup> 10995; *IG* III 3.68a.1-2). Devo tais referências à lista de profissões de Lewis (no prelo 2).

<sup>28</sup> O poeta cômico Ferécates imaginou uma era anterior (uma sem escravos domésticos, especificamente) na qual mulheres livres tinham que moer sua própria farinha (fr. 10 K-A). O “camponês” (*Agroikos* 4.7) de Teofrasto faz insinuações sexuais à mulher que faz pão para ele (*sitopoios*) e termina a ajudando a moer grãos.

mesmo destino quando aparece, agitado, no *Herói* (2-3) de Menandro.<sup>29</sup> Um fragmento de Aristófanes sugere que a ideia de escravos sendo punidos ao serem enviados para o moinho era um *topos* literário na época em que seu *Babilônios* (fr. 95 K-A) foi apresentado em 426 a.C. Em outros fragmentos da Comédia Antiga, uma referência a “cair no moinho” foi atribuída a Êupolis (fr. 387 K-A) e ao comediógrafo Teopompo, supostamente ligando o moinho ao lugar onde escravos eram torturados (*basanisterion*: fr. 64 K-A).<sup>30</sup> O fragmento de Aristófanes vem do *Etymologicum Genuinem* (s.v. *zetreion*), cujo compilador bizantino acreditava que essa referência a um moinho descrevia um lugar no qual os escravos eram punidos, enquanto que em outro lugar ele poderia se referir a um processo de moagem de grãos. A fonte na qual Êupolis e Teopompo foram preservados o descreveu como uma “prisão de escravos” (*desmoterion*) em Quíos e na Acaia (*Etym. Magn.* s.v. *zetreion*).<sup>31</sup> Seguindo especialmente essa segunda fonte, Hunter (1994, p. 171) argumentou que o termo *mylon*, quando aplicada ao tratamento de escravos, era um eufemismo para uma prisão de escravos em Atenas, na qual escravos desobedientes eram agrilhoados e fisicamente punidos.

Klees (1998, p. 188-192) está certo, entretanto, ao argumentar que essas passagens provavelmente se referem à venda ou aluguel temporário de um escravo a um moinho genuíno, apesar do papel indiscutivelmente proeminente que isso manteve nos discursos sobre disciplina de escravos.<sup>32</sup> No caso das ameaças de Eufileto à escrava (Lys. 1.18), a venda está implícita na afirmação de que o sofrimento de sua escrava, se ela fosse posta em um moinho, “nunca cessaria” (μηδέποτε παύσασθαι). A menos que entendamos isso como Eufileto

---

<sup>29</sup> Outras referências de Menandro a escravos em moinhos: *O Escudo* 238-45; *Pk.* 277-78.

<sup>30</sup> A palavra aqui é *zetreion*, o significado sendo comparável a *mylon* nesse sentido como um moinho, de acordo com Pólux (7.19.2), que também sabia várias palavras para “moinho” (incluindo *mylon* e *zetreion*) que poderiam se referir a um lugar onde os escravos eram punidos (3.78).

<sup>31</sup> Os autores de muitos outros léxicos concordam. George Querobosco (s.v. *zetreion*) e Élio Herodiano (3.1.372.7-8) o descreveram como significando ou uma prisão ou um moinho. O Suda (citando Êupolis), os léxicos de Hesíquio, Fótio, Pseudo-Zonara e o Lexica Segueriana simplesmente o listam como um lugar no qual escravos eram punidos (*kolasterion*, s.v. *zetreion*). A lista de sinônimos de João Filopono indica apenas uma definição de *zetreion*, como um lugar no qual os escravos eram punidos, apesar de a segunda definição parecer ter sido perdida em uma lacuna do manuscrito. A referência do *Etymologicum Magnum* a Quíos e Acaia é única, e não há sugestão de que o termo *mylon* poderia se referir a qualquer outra coisa que não um moinho.

<sup>32</sup> Essa pode ser a crença do autor do *Etymologicum Gudianum*, considerando o termo *zetreion* (s.v.). Isso depende da tradução da conjunção *egoun*, que separa sua definição da palavra como uma prisão escrava e um moinho próprio no texto. Ela pode significar “ou”, mas ela também pode significar “mais especificamente”, e nesse caso o *zetreion* é descrito tanto como uma prisão de escravos e um moinho.

deixando implícito que sua escrava será mantida em uma cela pelo resto de sua vida, o que parece uma resposta drástica e antieconômica, isso deixa implícito que o “moinho” nesse caso não era estritamente uma prisão de escravos. Além disso, como afirma Klees (1998, p. 240), no *Cíclope* de Eurípides o sátiro Sileno tenta assustar Polifemo dizendo que Odisseu pretendia escravizá-lo e vendê-lo a alguém que o iria usar para remover pedras do chão ou que tê-lo “jogado em um moinho”.<sup>33</sup> Apesar desse destino prospectivo ser usado para horrorizar Polifemo (e é algo com certeza emblemático do sistema de escravidão contemporâneo de Atenas), sua motivação, nessas circunstâncias, não era punitiva. Fica claro que esse destino desagradável de escravos de moinhos era um objeto da literatura ateniense por uma grande parte do Período Clássico.

O estado abatido dos escravos destinados a moer grãos era um tópico recorrente nas obras greco-romanas por quase um milênio. Ele aparece possivelmente no primeiro exemplar sobrevivente dessa tradição literária, a *Odisseia* (20.107-120), nas palavras de uma escrava:<sup>34</sup>

Doze mulheres trabalhavam nesses moinhos fazendo farinha de cevada e de trigo, a nutriz dos homens. As outras tinham ido dormir, tendo moído seu trigo, mas apenas ela, a mais fraca, não havia parado. Ela parou de trabalhar em seu moinho e, se levantando, disse uma palavra, um sinal para seu mestre: “Pai Zeus, senhor dos deuses e homens, você trovejou do céu estrelado, mas ainda não há nuvens em nenhum lugar: com certeza você está revelando um sinal para alguém. Faça acontecer esse dito proferido pelo meu eu miserável. Que os pretendentes festejem pela última vez nos salões de Odisseu. Eles me trazem tristeza com o trabalho amargo conforme lhes faço farinha de cevada, que eles jantem aqui pela última vez”.

Na época da Atenas clássica o destino nada invejável da escrava de Odisseu não era mais o resultado de um conjunto específico de circunstâncias (ela é forçada a moer grandes quantidades de grãos regularmente, para prover comida

---

<sup>33</sup> Como Klees (1998, p. 191-192 com n. 130) também aponta, a referência em Tucídides (6.22) a padeiros dos moinhos de Atenas levados em campanha não precisa se referir a homens livres, uma vez que muitos assumiram isso por conta da menção de um pagamento por seus serviços. Isso poderia ser um pagamento concedido a seus mestres.

<sup>34</sup> Dentre os estudos recentes argumentando sobre o *status* de escravos particulares dos *dmoes* em Homero estão incluídos os de Lewis (2018, p. 110-114) e Ndoye (2010, p. 236-237).

aos pretendentes de Penélope que jantam na casa de Odisseu durante sua ausência) mas a realidade permanente de muitos escravos que trabalhavam em moinhos comerciais. Os mesmos motivos ligados à escravidão e moagem também aparecem na literatura latina e grega posteriores. Cícero (1.4.14) não estava certo se um escravo fugido tinha sido posto em um moinho em uma carta a seu irmão Quinto; a condição detestável de um moinho de farinha foi famosamente descrita nas *Metamorfoses* (9.12) de Apuleio no século II d.C.; e o uso do moinho como uma punição para escravos é referida repetidamente em fontes da Antiguidade Tardia (Harper, 2011, p. 138-139, 231).

Nossas fontes atenienses dão pistas de uma exploração em larga escala de escravos na moagem de grãos, e a continuidade de representações de escravos moleiros por toda a história do Mediterrâneo antigo fornece uma chave para compreendermos o porquê esse foi o caso. Na Atenas clássica, que nunca viu a invenção do moinho giratório, a moagem de grãos inevitavelmente representou um trabalho físico difícil e repetitivo – uma afirmação que se aplica igualmente ao moinho de funil.<sup>35</sup> Na época de nossas fontes romanas, entretanto, o burro e o posterior moinho de água parecem ter (ao menos parcialmente) suplantado o esforço humano no processo de moagem (Curtis, 2001, p. 73-101). Os escravos abatidos das *Metamorfoses* de Apuleio trabalhavam em um moinho que utilizava força animal para mover a mó. Ao invés do trabalho em si, é a condição horrível do local de trabalho e de seu tratamento por seus mestres que chocou leitores posteriores dessa passagem (Wiedemann, 1981, p. 176), ao invés de sua exploração de trabalho exaustivo. Os escravos são cobertos de farinha e seus olhos estão inchados do ar sujo. Eles estão vestidos com trapos, foram tatuados em suas testas, possuem cicatrizes do açoite e estão acorrentados enquanto trabalham. Essas últimas condições carregam similaridades com os escravos enviados para moinhos na Atenas Clássica, que são açoitados (Lys. 1.18) e mantidos em grilhões (Men. Her. 2-3).

Eu argumentaria que isso reflete uma continuidade nos tipos de escravos empregados em moinhos e dos métodos de coagi-los, algo explicável pela

---

<sup>35</sup> Moinhos giratórios de mão parecem ter sido usados pelos cartagineses no começo do século IV a.C. e exemplares desse tipo foram escavados na Sicília, datados do século III (Curtis, 2001, p. 341-343). Um moinho que usava movimentos giratórios foi descoberto em escavações em Delos e datado do século III (Brunet, 1997), apesar de moinhos giratórios desse tipo em particular não terem deixado mais nenhum traço no registro arqueológico (Curtis, 2001, 288-289). Não há, portanto, nenhuma razão para pensar que os atenienses do Período Clássico possuíam essa tecnologia.

referência a três características particulares do antigo trabalho em moinhos, que envolvia girar uma mó, guiar um animal ou inserir grãos ao moinho e coletar a farinha dele. Primeiramente, as tarefas requeridas de escravos moleiros eram mecânicas, repetitivas e normalmente não exigiam qualificação. Como uma ocupação, portanto, o trabalho em moinho se encaixa confortavelmente na categoria de “trabalho intensivo pela dor”, definida por Fenoaltea (1984) como o trabalho que pode ser efetivamente coagido pela violência ou pela ameaça dela. Em segundo lugar, poderia ser facilmente feito com que um escravo moleiro realizasse seu papel inteiramente dentro do espaço restrito da sala de moagem, na qual apenas algumas mobílias eram necessárias. Assim, os donos de escravos poderiam agrilhoar escravos moleiros enquanto esses trabalhavam e, se seus proprietários tivessem demanda de farinha o suficiente para mantê-los trabalhando durante vários dias, poderia ser adequado aos interesses do senhor mantê-los forçosamente no mesmo lugar indefinidamente. Ambos esses fatores significariam que, se eles assim quisessem, o mestre de escravos moleiros ou um supervisor poderiam inspecionar o trabalho de perto e facilmente conforme ele era realizado. O trabalho também poderia ser facilmente avaliado em pontos determinados, pois (em terceiro lugar) o trabalho dos escravos moleiros poderia ser facilmente avaliado pela medição de sua produção.

Para donos de moinhos, esses fatores os permitiriam explorar escravos como parte de uma estratégia particularmente brutal de escravidão, uma que tinha várias vantagens do seu ponto de vista. A capacidade de um mestre em monitorar precisamente o trabalho do escravo significaria que esse teria poucas oportunidades de evitar fazer o trabalho a ele atribuído. Sua recusa em fazê-lo, além disso, poderia ser respondida com a ameaça de punições severas, isso sem afetar drasticamente sua capacidade de realizar o trabalho com o qual foi incumbido. Por fim, uma vez que escravos podiam ser agrilhoados enquanto trabalhavam, o medo de que eles tentassem fugir não teria inibido seus mestres de trata-los da maneira que quisessem. Diferentemente de algumas estratégias de escravidão sobre as quais temos evidências em Atenas, nenhum custo além do preço da compra dos escravos e de comida o suficiente para mantê-los vivos teriam sido gastos, e, ao invés de se sentirem compelidos a prometer a manumissão aos escravos, os proprietários poderiam mantê-los em cativeiro até quando eles não pudessem mais trabalhar.

Empreendimentos capazes de explorar lucrativamente escravos dessa forma poderiam comprar escravos que tinham se mostrado dispostos a resistir à sua escravidão, isso sem se preocuparem com o que outros comparadores em potencial poderiam achar sobre o que eles faziam.<sup>36</sup> Poderíamos até especular sobre o efeito que a resistência de um escravo poderia ter tido em seu preço no mercado, a menos que o vendedor fosse capaz e estivesse disposto de disfarçar seus motivos para vender um escravo rebelde a um comprador em potencial.<sup>37</sup> A capacidade de comprar e explorar escravos produtivamente que outros não comprariam, provavelmente significou que os donos de moinhos poderiam comparar escravos por preços relativamente mais baixos. Isso explica a sobreposição de moinhos como um empreendimento econômico e como um local de detenção e punição de escravos. Aqueles que quisessem se livrar de escravos rebeldes poderiam ter encontrado os meios de fazê-lo em um moinho. Moleiros, por sua vez, seriam capazes de explorar esses escravos por meio da violência. Além disso, os meios de disciplinar e coibir escravos – açoites, correntes etc. – podem também ter incluído um equipamento especial, que dava aos moleiros comerciais uma vantagem competitiva sobre moinhos domésticos.<sup>38</sup>

Além do mais, o predomínio de moinhos comerciais desempenhou um papel vital na crescente urbanização ateniense e na especialização de papéis. Como Zuiderhoek (2017, p. 134-140) enfatizou recentemente, um fator da urbanização de cidades no Mundo Antigo foi o aumento do número de manufatureiros especializados e de outros trabalhadores não-agrícolas, esses que puderam se apoiar em um interior agrícola e no comércio internacional de grãos. Creio ser provável que casas que plantavam seus próprios grãos para o consumo achariam mais rentável moê-los em casa, minimizando assim as transações de mercado. Por exemplo, a casa de base agrícola no *Econômico* de Xenofonte, uma que plantava grãos (16.9-18.9), mantinha escravos domésticos (e.g. 7.35) que provavelmente eram utilizados para a moagem.<sup>39</sup> Para as casas que tinham que

---

<sup>36</sup> Estrabão (12.3.40) descreve uma mina romana no Ponto que explorava especificamente escravos vendidos por conta de sua rebeldia.

<sup>37</sup> Mentir no mercado era ilegal pela lei ateniense (Hyp. 3.14) e poderia causar conflitos indesejados entre duas partes.

<sup>38</sup> Lewis (2018, p. 41 n. 49) nota uma referência sobre um equipamento colocado no pescoço que impedia escravos de comerem o produto de seu trabalho (Ar. Fr. 314 K-A).

<sup>39</sup> Xenofonte (*Oec.* 10.10) fala de um *sitopoios* na casa, um trabalho que incluía a moagem de grãos em algumas circunstâncias (Teophr. *Char.* 4.7; Thuc. 6.22). Ele também se refere a um *sitopoiikos*

comprar grãos, entretanto, o custo de comprar farinha teria sido menor. Nem toda casa poderia adquirir um escravo, e aquelas que poderiam também podiam ter decidido usar o trabalho adicional em outra tarefa, como nos vários tipos de trabalho escravo discutidos na seção anterior.<sup>40</sup> Storck e Teague (1952, p. 71-75) argumentaram que o começo da moagem comercial foi sinônimo da própria industrialização. De fato, apesar de ainda haver muito que não saibamos sobre os processos de produção de farinha e de nossas fontes apontarem para uma variedade de estratégias diferentes, ainda assim deve ficar claro que a especialização urbana se beneficiou da especialização de moinhos comerciais.

Ainda assim, a acessibilidade a farinha seria vital ao sucesso; e aqui a importância da escravidão em facilitar o trabalho barato de moagem, como delineado acima, é essencial. Em um nível individual, a escravidão permitiu que moleiros tivessem lucro da exploração (no sentido mais completo possível) mesmo dos escravos mais resistentes. Em um nível social, esse sistema teria produzido um *commodity* valioso (farinha) com um custo econômico baixo para atenienses em geral. É impossível de quantificar a verdadeira extensão da indústria de moagem ateniense. Parece, entretanto, que ela foi bem extensa, uma conclusão que se encaixa bem com a impressão que tomamos da imagem recorrente do escravo moleiro na literatura ateniense. Bresson (2016, p. 195-196) argumentou que as melhorias na tecnologia de moagem (incluindo o moinho giratório) podem ter contribuído para o crescimento econômico ao liberar mulheres do dever de moer grãos, de modo que elas poderiam se focar em outras tarefas produtivas. Ele está certo em enfatizar o valor de remover a necessidade de moer grãos para a produtividade de uma casa, e seu foco na capacidade da tecnologia de fazer isso é justificada. Entretanto, sua análise não considera um fator essencial associado ao desenvolvimento e função da moagem de Atenas – a sujeição de certas partes da população de Atenas a uma vida de miséria para gerar esse aumento na produção.

---

(9.7, 9) no inventário das ferramentas da casa, que poderia se referir a um equipamento de moagem (Xen. *Cyr.* 6.2.31).

<sup>40</sup> O inventário de posses domésticas que Demóstenes (27.9-10) descreve no primeiro de seus discursos contra seu tutor é interessante. Demóstenes afirmar que ele herdou cerca de 50 escravos homens, mas em nenhum lugar ele menciona servos domésticos, apenas artesãos habilidosos. Ele pode ter elidido alguns escravos domésticos desse inventário (itens como esse são normalmente contados em milhares de dracmas), mas não o suficiente para prover farinha para 50 escravos.

## *Conclusão*

Esse capítulo tentou destacar alguns exemplos específicos de como a exploração de escravos contribuiu para o crescimento da economia ateniense. Não podemos saber como Atenas teria se desenvolvido na ausência de escravos, mas o que é claro é que a escravidão estava intrinsicamente ligada à economia da Atenas antiga em vários aspectos. Assim como o fato de que a escravidão removia forçosamente indivíduos de áreas por todo o Mediterrâneo e utilizava seu trabalho dentro de economias de comunidades gregas como Atenas, a escravidão, como uma forma extrema de trabalho coagido, foi capaz de realizar coisas que o trabalho assalariado não conseguiu. Como defendi, qualquer argumento sobre crescimento durante esse período não pode, conseqüentemente, ser divorciado da escravidão institucionalizada.

Se eu puder refletir sobre a aplicação dessa questão ao mundo moderno, eu diria que é importante lembrar o papel crucial que a exploração de um grupo seletivo desempenhou na economia grega. Isso é ainda mais verdade se, como se suspeita, a Grécia antiga se tornou um substituto das democracias liberais modernas entre historiadores econômicos, com sua forte ideologia igualitária, proteção institucional de direitos de propriedade e sistemas políticos descentralizados. De fato, apesar de o grande crescimento econômico que testemunhamos nos séculos passados ter tido muitos efeitos positivos, não veríamos esquecer que houve e ainda há muita exploração no nosso mundo moderno, tanto dentro de nossos próprios países quanto de outros, com os quais estamos inexoravelmente ligados em uma economia global. Comparações diretas entre antigamente e agora são problemáticas, obviamente, mas ainda é válido refletir sobre o custo humano que frequentemente acompanha o crescimento econômico, quando percebido em uma escala social.

Artigo recebido em 25.03.2019, aprovado em 22.04.2019.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Acton, P. *Poiesis: Manufacturing in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Arafat, K. e Morgan, C. Pots and Potters in Athens and Corinth: A Review. *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 8, 1989, p. 311-346.

Audring, G. Über den Gutsverwalter (*Epitropos*) in der Attischen Landwirtschaft des 5. und 4. Jh. v.u.Z. *Klio*, vol. 55, 1973, p. 109-116.

Austin, M. M. e Vidal-Naquet, P. *Economic and Social History of Ancient Greece: An Introduction*. London: University of California Press, 1977.

Bresson, A. *The Making of the Ancient Greek Economy: Institutions, Markets and Growth in the City States*. Translated by S. Randall, Princeton: Princeton University Press, 2016.

Brunet, M. Le Moulin Deliën. In: Meeks, D. e Garcia, D. (eds.). *Techniques et Économie Antiques et Médiéval: Le Temps de l'Innovation*. Paris: 1997, 29-38.

Christesen, P. Economic Rationalism in Fourth-Century BCE Athens. *Greece & Rome*, vol. 50, 2003, p. 31-56.

Cohen, E. E. *Athenian Economy and Society: A Banking Perspective*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Free and Unfree Sexual Work: An Economic Analysis of Athenian Prostitution. In: Faraone, C. A. e McClure, L. K. (eds.). *Prostitutes and Courtesans in the Ancient World*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006, p. 95-124.

Curtis, R. I. *Ancient Food and Technology*. Leiden: Brill, 2001.

Davies, J. K. *Athenian Propertied Families: 600-300 B.C.* Oxford: Oxford University Press 1971.

Davies, J. K. Linear and Nonlinear Flow Models for Ancient Economies. In: Manning, J. G. e Morris, I. (eds.). *The Ancient Economy: Evidence and Models*. Stanford: Stanford University Press, 2005, p. 127-156.

\_\_\_\_\_. Classical Greece: Production. In Scheidel *et al.* (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 333-361.

De Ste. Croix, G. E. M. *The Class Struggle in the Ancient World: From the Archaic Age to the Arab Conquests*. London: Cornell University Press, 1981.

Droß-Krüpe, K.; Föllinger, S. e K. Ruffing (eds.). *Antike Wirtschaft und ihre Kulturelle Prägung*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2016.

Fenoaltea, S. Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model. *The Journal of Economic History*, vol. 44, 1984, p. 635-668.

Finley, M. I. Was Greek Civilisation Based on Slave Labour? *Historia*, vol. 8, 1959, 145-164.

\_\_\_\_\_. *The Ancient Economy*. London: University of California Press, 1973.

\_\_\_\_\_. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. London, Markus Wiener Publishers, 1980.

Fisher, N. *Slavery in Classical Greece*. Bristol: Bristol Classical Press, 1993.

Foxhall, L. *Olive Cultivation in Ancient Greece: Seeking the Ancient Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Frier, B. W. e Kehoe, D. P. Law and Economic Institutions. In: Scheidel *et al.* (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 113-143.

Halstead, P. *Two Oxen Ahead: Pre-Mechanized Farming in the Greek in the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Hansen, M. H. *Apagoge, Endeixis, and Ephegisis against Kakourgoi, Atimoi and Pheugontes*. Odense: Odense University Press, 1976.

Harper, K. Slave Prices in Late Antiquity (and in the Very Long Term). *Historia*, vol. 59, 2010, p. 206-238.

Harris, E. M. Did Solon Abolish Debt Bondage? *Classical Quarterly*, vol. 52, 2002a, p. 415-430.

\_\_\_\_\_. Workshop, Marketplace and Household: The Nature of Technical Specialization in Classical Athens and its Influence on Economy and Society. In Cartledge, P.; Cohen, E. e Foxhall, L. (eds.). *Money, Land and Labour: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. London: Routledge, 2002b, p. 67-99.

\_\_\_\_\_. Were there Business Agents in Classical Greece? The Evidence of Some Lead Letters. In: Yiftach-Firanko, U. (ed.). *The Letter: Law, State, Society and the Epistolary Format in the Ancient World*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2013a, p. 105-124.

\_\_\_\_\_. Finley's *Studies in Land and Credit* sixty years later. *DIKE*, vol. 16, 2013b, p. 123-146.

\_\_\_\_\_. The Legal Foundations of Economic Growth in Ancient Greece: The Role of Property Records. In Harris, E. M.; Lewis, D. M. e Woolmer, M. (eds.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 116-146.

Harris, E. M. e Lewis, D. M. Introduction. In \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e Woolmer, M. (eds.). *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 1-37.

Harrison, A. R. W. *The Law of Athens: Family and Property*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

Hunt, P. Ancient Greece as a 'Slave Society'. In: Lenski, N. e Cameron, C. M. (eds.). *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 61-85.

Hunter, V. Constructing the Body of the Citizen: Corporal Punishment in Classical Athens. *Classical Views*, vol. 11, 1992, p. 271-291.

\_\_\_\_\_. *Policing Athens: Social Control in the Attic Lawsuits*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Introduction: Status Distinctions in Athenian Law. In: \_\_\_\_\_ e Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1-29.

Ismard, P. *Democracy's Slaves: A Political History of Ancient Greece*. Translated by J. M. Todd. Cambridge, MA and London: Harvard University Press, 2017.

Jameson, M. Agriculture and Slavery in Classical Athens. *Classical Journal*, vol. 73, 1977/8, p. 122-145.

\_\_\_\_\_. Agricultural Labour in Ancient Greece. In: Wells, B. (ed.) *Agriculture in Ancient Greece: Proceedings of the Seventh International Symposium at the Swedish Institute at Athens*. Stockholm: Svenska Institutet i Athen, 1992, p. 136-146.

Klees, H. *Sklavenleben im Klassischen Griechenland*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1998.

Kron, G. *Landed and Commercial Wealth at Classical Athens 500–300 B.C.*, PhD thesis, Classics, University of Toronto, 1996.

Lenski, N. Ancient Slavery and Modern Ideology. In: Lenski, N. e Cameron, C. M. (eds.) *What is a Slave Society? The Practice of Slavery in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 106-147.

Lewis, D. Near Eastern Slaves in Classical Attica and the Slave Trade within the Persian Empire. *Classical Quarterly*, vol. 61, 2011, p. 91-113.

\_\_\_\_\_. The Market for Slaves in the Fifth- and Fourth-Century Aegean: Achaemenid Anatolia as a Case Study. In: Harris, E. M.; Lewis, D. M. e Woolmer, M. (eds.) *The Ancient Greek Economy: Markets, Households and City-States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 316-336.

\_\_\_\_\_. Review of A. Bresson: *The Making of the Ancient Greek Economy: Institutions, Markets and Growth in the City-States*". *Journal of Hellenic Studies*, 2017, vol. 137, p. 240-241.

\_\_\_\_\_. *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context: C. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

\_\_\_\_\_. Labour and Employment. In: Niels, J. e Rogers, D. (eds.) *The Cambridge Companion to Ancient Athens*, Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 1.

\_\_\_\_\_. Occupational Hazards: Assessing the Degree of Specialisation of Labour in the Classical Athenian Economy. In: Harris, E. M.; \_\_\_\_\_ e Stewart, E. (eds.) [title still not set], Cambridge: Cambridge University Press, forthcoming 2.

Lind, H. *Die Gerber Kleon in der "Rittern" des Aristophanes: Studien zur Demagogenkomödie*. Frankfurt: Peter Lang, 1990.

Lohmann, H. Agriculture and Country Life in Classical Athens. In: Wells, B. (ed.) *Agriculture in Ancient Greece: Proceedings of the Seventh International Symposium at the Swedish Institute at Athens*. Stockholm: Svenska Institutet i Athen, 1992, p. 29-57.

Loomis, W. T. *Wages, Welfare Costs and Inflation in Classical Athens*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

MacDowell, D. M. *Demosthenes, Speeches 27-38*. Austin: University of Texas Press, 2004.

Meikle, S. Modernism, Economics, and the Ancient Economy. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, vol. 41, 1996, p. 174-191.

Millar, F. Condemnation to Hard Labour in the Roman Empire, from the Julio-Claudians to Constantine. *Papers of the British School at Rome*, vol. 52, 1984, p. 127-147.

Millet, P. Productive to some Purpose: The Problem of Ancient Economic Growth. In: Mattingly, D. J. e Salmon, J. (eds.) *Economies beyond Agriculture in the Classical World*, London: Routledge, 2001, p. 17-48.

Mirhady, D. C. The Athenian Rationale for Torture. In: Hunter, V. e Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 53-74.

Moreno, A. *Feeding the Democracy: The Athenian Grain Supply in the Fifth and Fourth Centuries BC*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Ndoye, M. *Groupes Sociaux et Idéologie du Travail dans les Mondes Homérique et Hésiodique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2010.

Ober, J. *The Rise and Fall of Classical Greece*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2016.

Osborne, R. The Economics and Politics of Slavery at Athens. In: Powell, A. (ed.) *The Greek World*. London: Routledge, 1995, p. 27-43.

Rihll, T. Making Money in Classical Athens. In: Mattingly, D. J. e Salmon, J. (eds.) *Economies beyond Agriculture in the Classical World*, London: Routledge, 2001, p. 115-142.

Rostroff, S. I. Review of P. Acton, *Poiesis: Manufacturing in Classical Athens*. *Bryn Mawr Classical Review*, 2015.

Roy, J. 'Polis' and 'Oikos' in Classical Athens. *Greece and Rome*, 1999, v. 46, p. 1-18.

Ruffing, K. Neue Institutionenökonomik (NIÖ) und Antike Wirtschaft. In: Droß-Krüpe, K.; Föllinger, S. e K. Ruffing (eds.). *Antike Wirtschaft und ihre Kulturelle Prägung*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2016, p. 11-22.

Scheidel, W. Freeborn and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World. *Classical Quarterly*, vol. 40, 1990, p. 591-593.

\_\_\_\_\_. The Hireling and the Slave: A Transatlantic Perspective. In: Cartledge, P.; Cohen, E. e Foxhall, L. (eds.) *Money, Land and Labour: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. London: Routledge, 2002, p. 175-184.

Scheidel, W., Morris, I., e R. Saller (eds.) *The Cambridge Economic History of the Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Sickinger, J. P. *Public Records and Archives in Classical Athens*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.

Sparkes, B. A. *The Red and the Black: Studies in Greek Pottery*. London: Routledge, 1996.

Storck, J. e W. D. Teague. *Flour for Man's Bread: A History of Milling*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1952.

Stroud, R. S. An Athenian Law on Silver Coinage. *Hesperia*, vol. 43, 1974, p. 157-188.

Thür, G. *Beweisführung vor den Schwurgerichtshofen Athens: Die Proklesis zur Basanos*. Vienna: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1977.

Todd, S. C. *The Shape of Athenian Law*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

Todd, S. C. How to Execute People in Fourth-Century Athens. In: Hunter, V. e Edmondson, J. (eds.) *Law and Social Status in Classical Athens*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 31-51.

Tordoff, R. Introduction: Slaves and Slavery in Greek Comic Drama. In: Tordoff, R. e Akrigg, B. (eds.) *Slaves and Slavery in Greek Comic Drama*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 1-62.

Vlassopoulos, K. Greek Slavery: From Domination to Property and Back Again. *Journal of Hellenic Studies*, vol. 131, 2011, p. 115-130.

\_\_\_\_\_. Review of J. Ober, *The Rise and Fall of Classical Greece. The Princeton History of the Ancient World*". *Bryn Mawr Classical Review*, 2016a.

\_\_\_\_\_. What do we really know about Athenian Society? *Annales*, vol. 71, 2016b, p. 683-708.

Wiedemann, T. *Greek and Roman Slavery*. London: Croom Helm, 1981.

Zuiderhoek, A. *The Ancient City*. Cambridge, Cambridge University Press, 2017.